

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CAMPUS SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

KAREN RAMOS MÖLLER

**CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS
PARA O PERÍODO 2000-2010**

Sorocaba
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA
CAMPUS SOROCABA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

KAREN RAMOS MÖLLER

**CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS
PARA O PERÍODO 2000-2010**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues

Sorocaba
2016

Möller, Karen

Crescimento pró-pobre: uma análise dos municípios paulistas para o período 2000-2010 / Karen Möller. -- 2016.

48 f. : 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Rodrigo Vilela Rodrigues

Banca examinadora: Andrea Rodrigues Ferro, Mariusa Momenti Pitelli

Bibliografia

1. Crescimento pró-pobre. 2. Pobreza. 3. Distribuição de renda. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

KAREN RAMOS MÖLLER

**CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS PARA
O PERÍODO 2000-2010**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas. Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 24 de junho de 2016.

Orientador

Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues
Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba

Examinador(a)

Dr. (a) Andrea Rodrigues Ferro
Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba

Examinador(a)

Dr.(a) Mariusa Momenti Pitelli
Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho ao Sr. Dederick Möller (Seu Di), raiz de quem eu sou,
por ter nos ensinado a sempre valorizar a educação e o conhecimento.*

AGRADECIMENTO

Ao Professor Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues pela orientação, além da participação importantíssima em minha [de]formação acadêmica, pelo incentivo, pelos conselhos e pelas ACIEPE'S. À professora Dra. Andrea Ferro, pela grande ajuda nos momentos finais e por aceitar participar da banca examinadora. E à professora Dra. Mariusa Momenti Pitelli, também por aceitar participar da banca examinadora. Agradeço muito o tempo dedicado e a atenção.

Aos meus pais, Rui e Sandra, que sempre fazem do impossível possível para resolver todos os problemas, além de incentivar o estudo, acima de qualquer outro bem. Aos meus irmãos Giovanna e Marco, por serem a vanguarda da minha existência, em todos os sentidos. Aos amigos, pelos momentos, pela paciência, pelos trabalhos e pelo apoio. À Bateria, por me ensinar coisas que eu nem imaginava que uma faculdade poderia ensinar. À C.Q.Kiss, por transcender todos os níveis conhecidos de amizade, de convivência e de parceria.

RESUMO

MÖLLER, Karen. Crescimento pró-pobre: Uma análise dos municípios paulistas para o período 2000-2010. 2016. 044 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, Sorocaba, 2016.

Este estudo tem por objetivo compreender e analisar se o crescimento econômico diminui a proporção de pessoas de renda baixa nos municípios do estado de São Paulo. O crescimento econômico e suas consequências podem variar muito entre países e até mesmo entre regiões. Para captar o efeito individual sobre São Paulo, será feito o cálculo econométrico para os municípios paulistas, através de dados em painel, para investigar a presença de Crescimento pró-pobre. Os dados utilizados neste trabalho são de 2000 e 2010, obtidos através dos Censos Demográficos. Eles incluem renda domiciliar *per capita*, aproximando-se do conceito de renda disponível para o consumo, a proporção de pessoas pobres e indigentes, utilizados como linhas de pobreza, e o índice Gini como medida de desigualdade de renda.

Antes dos cálculos, uma cuidadosa análise teórica sobre fatores sociais e econômicos é feita, além da revisão de literatura sobre o assunto. As interpretações dos resultados apontam que o crescimento econômico em São Paulo não pode ser considerado pró-pobre, pela definição forte.

Palavras-chave: Crescimento pró-pobre, São Paulo, municípios paulistas, pobreza, impactos do crescimento.

ABSTRACT

This study aims to analyze and understand if economic growth affects impoverished people in the cities of the state of Sao Paulo, in Brazil. Economic growth and its consequences can change abruptly from one country to another, even in regions of the same country. To do the reckoning of the individual effect of growth over São Paulo, it will be applied an econometric regression using panel data, in order to capture evidence of Pro-poor growth.

The timeframe of the study is 2000 to 2010, acquired from the Demographic Census. It is included in this study the household income per capita, to approximate the concept of income available for consumption, the number of impoverished and indigent people, working as poverty lines, and the Gini index as an inequality measure.

Before calculating and discussing results, a careful analysis about social and theoretical aspects is made. The study finds results that indicate the economic growth in the state of São Paulo can't be considered pro-poor.

Keywords: economic growth, cities of São Paulo, pro-poor growth, poverty, growth impacts.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
3 METODOLOGIA	24
3.1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
3.2 REFERENCIAL ANALÍTICO.....	29
3.2.1 Fonte e Tratamento dos Dados.....	33
4 RESULTADOS	34
5 CONCLUSÃO	40

1 INTRODUÇÃO

Até o fim dos anos 1970, o problema da pobreza não era visto como algo que exigia esforços múltiplos para se resolver. De acordo com Pinto e Oliveira (2010), a pobreza era vista como um problema que seria eliminado à medida que os países intensificassem seu crescimento econômico. Mais adiante, na década de 1990, a discussão sobre como um país deveria lidar para erradicar a pobreza e de como isso deveria ser uma prioridade, paralela ao crescimento, ganhou visibilidade. A questão da pobreza foi incluída em pautas de importantes eventos políticos mundiais e metas foram traçadas, para que a melhoria da condição de vida da população mundial fosse levada em conta durante a formulação de políticas econômicas. A literatura atual sobre desenvolvimento econômico tem dado grande destaque ao fato de que qualquer conjunto de ações que objetive o progresso econômico de uma sociedade deve ter como uma de suas metas essenciais a melhoria das condições de vida dos seus indivíduos, especialmente os considerados mais pobres (BARRETO, MANSO E TEBALDI, 2006).

Em 2000, Kakwani e Pernia aprofundaram os estudos sobre o chamado Crescimento Pró-pobre. Desde lá, eles trouxeram a preocupação de que a experiência de cada país ou cada região pode variar significativamente. Há muitas variáveis que influenciam indicadores de pobreza, pelo fato de ela ser um conceito multidimensional. Embora seja amplamente reconhecida essa natureza multidisciplinar da pobreza, este trabalho limitou-se ao cálculo da pobreza monetária, já que a mensuração dos conceitos multidimensionais é abstrata e só pode ser avaliada qualitativamente.

Para o presente trabalho será necessária a definição de um indicador de bem-estar que possa captar o grau de satisfação de um indivíduo, em termos de suprir suas necessidades básicas. Isso só é possível quando a pobreza é caracterizada como um fenômeno monetário, que mede níveis muito baixos de consumo individual e/ou escassez de renda. Logo, a renda disponível de um indivíduo será usada como indicador de bem-estar, representada pela Renda Domiciliar *per capita*.

Mais adiante, começou-se a notar que a disparidade entre regiões estava atrelada ao desenvolvimento humano das pessoas que nela vivem. Alguns autores como Kakwani (1997), Kakwani e Pernia (2000), Ravallion e Chen (2003), Ravallion e Datt (1999) e Son (2003) tentam identificar, não somente os determinantes do crescimento, mas também como as pessoas estão se beneficiando quando há crescimento, sobretudo aquelas consideradas pobres (MATIAS, SALVATO E BARRETO, 2010). A base da teoria utilizada aqui deve responder à

pergunta: Quando há crescimento econômico, como as pessoas mais pobres respondem a ele? Para respondê-la é preciso considerar as elasticidades entre crescimento e pobreza e depois incluir uma medida de desigualdade para avaliar o efeito distributivo daquele crescimento.

O alvo aqui são os municípios paulistas. Serão utilizados a Renda Domiciliar *per capita*, como já dito; duas linhas de pobreza, para pobres e indigentes; e a medida de desigualdade de renda utilizada para abordar a esfera distributiva será o Índice de Gini, seguindo a metodologia sugerida por Ravallion e Datt (1999) e adaptada por Pinto e Oliveira (2010). Os dados para esse nível geográfico só são obtidos através dos Censos Demográficos, realizados a cada dez anos. Por isso, 2000 e 2010 serão os anos abordados por esse trabalho, que são os dois anos com dados disponíveis no séc. XXI.

Entre 2000 e 2010 muitas iniciativas de combate à pobreza foram postas em prática, basicamente em formato assistencial, com transferência direta de renda para famílias pobres, contando com algumas contrapartidas em termos de saúde e educação, além do econômico. Caberá a esse trabalho avaliar quantitativamente se o aumento da renda, decorrente ou não de ações afirmativas, resultou em diminuição da pobreza, ou seja, pode ser considerado pró-pobre. Se faz necessário dizer que ao se transferir renda diretamente aos mais pobres, tem-se um impacto imediato no crescimento da renda do grupo mais pobre da população, aumentando a probabilidade de que o padrão de crescimento seja considerado pró-pobre (RESENDE, 2008).

Primeiro, o trabalho analisará cuidadosamente o contexto econômico e social desses municípios. O trabalho levará em conta a realidade histórica, condições iniciais e finais. Depois dessa análise preliminar, seguiremos para a discussão teórica e metodológica sobre os temas e dados disponíveis. Finalmente, o trabalho seguirá para uma interpretação atenta de cálculos e resultados. Por fim, será feita a conclusão, com as impressões resultantes dessas etapas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Estado de São Paulo possui pouco mais de 43 milhões de habitantes, a maior população no Brasil, em uma área de aproximadamente 248 mil quilômetros quadrados (IBGE, 2016). Isso o torna a terceira mais populosa unidade administrativa da América do Sul, segundo o Governo do Estado. Considerando que cerca de três milhões de habitantes são imigrantes, São Paulo é marcado pela diversidade de povos e culturas, podendo ser considerado um estado cosmopolita, constituído por povos de todos os cantos do Brasil e do mundo.

São Paulo apresenta características fortes de uma economia industrial. Segundo o IBGE, o estado é responsável por cerca de R\$ 330 bilhões, ou 35,6% do total de Valor de Transformação Industrial (VTI) brasileiro. Em segundo lugar na economia do estado fica o setor de serviços, com 33,5% e depois o setor agrícola, com 12% de participação em relação aos indicadores nacionais. A renda domiciliar *per capita* estadual é R\$1.432, exatos R\$380 a mais do que a medida nacional. Além disso, São Paulo é o estado considerado centro financeiro brasileiro, com 32% das operações de crédito, e ainda sedia a BM&FBOVESPA S.A., principal Bolsa de Valores brasileira, onde são negociados ações e diversos outros ativos financeiros. Em 2015, segundo seu próprio balanço de operações, ela alcançou R\$1,67 trilhão de volume financeiro e R\$1,066 trilhão em 2010, ano final desse trabalho.

O estado fica à frente do país em termos de aplicações bancárias. Apresentou R\$ 172.027.763,44 em aplicações, praticamente o quádruplo do valor do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, em segundo e terceiro lugar, respectivamente, com R\$ 33.525.151,62 e R\$ 32.125.439,86, em valores de 2000 (IPEA, 2016). Mais um exemplo da grande diferença entre São Paulo e os outros estados é o nível de despesas estaduais com investimento, que abrangem gastos com instalações e equipamentos industriais, por exemplo. São Paulo fica novamente em primeiro lugar no quesito citado, com mais de 3 bilhões de reais em 2000 e mais de 17 bilhões em 2010. Em segundo lugar está o Rio de Janeiro, com 1,7 bilhão de reais em 2000 e perto de 5,3 bilhões em 2010 (IPEA, 2016).

O fluxo mais alto de renda indica a posição de alvo econômico em termos de investimento, já que gera ganhos para todos os tipos de atividades, industriais e comerciais, para diversos níveis de renda. Setores industriais e comerciais são diretamente influenciados por fluxos maiores de renda. Há mais consumo, mais fornecedores e maior competitividade

em centros financeiros, além de mão-de-obra qualificada e melhor infraestrutura (Investe SP, 2016).

Tendo essas informações em mente, é possível atribuir ao estado indícios teóricos da Hipótese de Bourguignon (2002) que, segundo Santos (2011), estabelece a tendência das elasticidades crescimento-pobreza - a resposta da pobreza dado crescimento econômico - serem mais altas em regiões com maior renda *per capita* inicial. Isso implica que a maior renda *per capita* do estado de São Paulo, em relação à média nacional, pode colaborar para o crescimento se qualificar como pró-pobre, que será mais profundamente explicado em seções posteriores. O trecho de Pinto e Oliveira (2010) destacado a seguir ilustra tal raciocínio:

“Bourguignon (2002) avança no tema ao investigar, além do impacto distributivo do crescimento, o papel que os níveis iniciais de desigualdade e desenvolvimento de um país exercem sobre a sua capacidade de realizar o crescimento pró-pobre, argumentando que a elasticidade-renda da pobreza é uma função inversa do grau de desigualdade da distribuição de renda de um país.” (PINTO E OLIVEIRA, 2010).

Apesar das medidas favoráveis, o Sudeste é, segundo o IBGE (2010), a segunda região com maior número de pessoas pobres no Brasil, atrás apenas do Nordeste, mesmo apresentando o maior PIB, mais de 2 trilhões de reais, segundo o IPEA (2010). O Estado de São Paulo tem o segundo maior contingente populacional considerado pobre, 4,35 milhões de pessoas, ficando atrás apenas da Bahia, com 5,516 milhões de pessoas, segundo o IPEA (2016). Essa informação pode ser, em partes, explicada pelo alto contingente populacional das duas regiões, mas também pode ser resultado de uma alta concentração de renda. De acordo com o Mapa da Pobreza de São Paulo, feito em 2003 pelo IBGE a partir dos dados do Censo de 2000 e das Pesquisas de Orçamento Familiar (POF) de 2002 e 2003, a incidência da pobreza era no mínimo 25,24% e no máximo 27,96% da população paulista¹. Mais uma medida que indica alta concentração de renda, já que a renda *per capita* estadual é considerada alta.

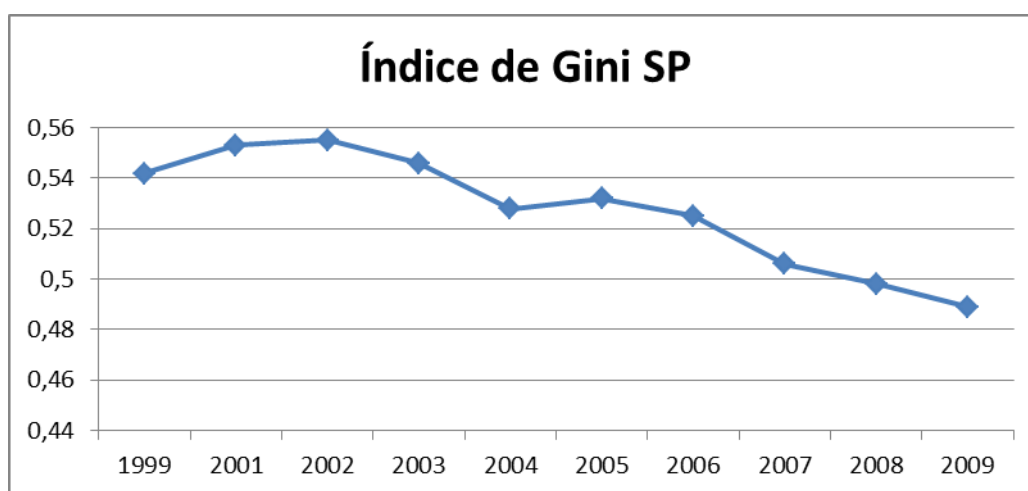
O possível alto nível de concentração de renda pode ser um impedimento ao fluxo ‘natural’ de renda que diminui pobreza, abordado por uma das vertentes do crescimento pró-pobre. Essa vertente defende a hipótese de gotejamento dos ganhos de crescimento econômico, até que todas as parcelas da população sejam atingidas pelo desenvolvimento econômico. A parte da população que estaria isolada pelo *gap* de renda não teria acesso às

¹ A estimativa do consumo para a geração dos indicadores do Mapa da Pobreza foi obtida utilizando o método da estimativa de pequenas áreas dos autores Elbers, Lanjouw e Lanjouw (2002) (IBGE, 2016).

novas tecnologias, logo, continuaria excluída da atividade econômica e, em decorrência disso, alheia a qualquer ganho de crescimento econômico que ela apresente. Sem acesso, essa parte da população se submete a trabalhos com baixa qualificação, alta rotatividade e de fácil substituição. Todos esses fatores pressionam os salários para baixo, dificultando a possibilidade de poupança e aprofundando a desigualdade.

A desigualdade de renda pode ser medida pelo Coeficiente de Gini, que fica entre 0 e 1, sendo 0, o cenário de perfeita distribuição de renda, e 1, como se apenas uma pessoa concentrasse toda a renda. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (IPEA, 2016). Mesmo sendo a maior economia do país, São Paulo fica na 3ª posição na ordem dos estados menos desiguais em 1999 e sobe para a 2ª posição em 2009, que representam os anos anteriores de início e término do período aqui estudado. Como veremos a seguir, o índice estadual apresentou queda, indicando que houve melhora da distribuição de renda do estado de São Paulo. O cálculo dessa medida, na abrangência estadual, é feito pelos dados da PNAD, portanto também serão mostrados índices de 1999 até 2009, exceto 2000, ano censitário. Esses anos darão uma ideia da situação entre os anos 2000 e 2010, escolhidos pela disponibilidade de dados municipais, encontrados apenas nos anos de Censo Demográfico.

GRÁFICO 1- Índice de Gini do Estado de São Paulo (1999-2009, exceto 2000).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA (2016).

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) calculado pela SEADE a partir dos dados do Censo Demográfico mostra o contingente populacional considerado vulnerável econômica e socialmente. Ou seja, tal parcela da população corre riscos em termos de direitos básicos de alimentação, condições de vida e trabalho e, por isso, precisa de políticas sociais

que as proteja. Esse índice toma como base a renda familiar, a quantidade de pessoas por domicílio, a idade e o sexo do responsável pelo domicílio, e é usado para estabelecer o nível de estruturação e condições de vida das famílias paulistas. Em 2000, ano inicial desse trabalho, 8,6% da população paulista estava em situação de alta vulnerabilidade, o que parece um número pouco expressivo, mas representa 3,6 milhões de pessoas, do total de 37 milhões de habitantes naquele ano. Em 2010 a parcela da população em alta vulnerabilidade caiu para 4,4% da população, que ainda representa 1,8 milhão de pessoas. Houve uma redução importante, mas continua sendo um número expressivo.

Em 2000, 5,94% da população paulista estava abaixo da linha de indigência, cujo rendimento é menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, e 14,37% se encontravam abaixo da linha de pobreza, que recebiam menos que $\frac{1}{2}$ salário mínimo daquele ano. Em 2010, a porcentagem abaixo da linha de indigentes aumentou para 7,42% da população e a proporção de pobres, por sua vez, aumentou para 18,86% da população. Para essas medidas, portanto, a pobreza apresentou aumento, ao invés de redução, mesmo com a diminuição do Índice de Gini.

Sendo a pobreza, em sua natureza, multidimensional, o acesso aos serviços públicos como de coleta de lixo, abastecimento de água e saneamento básico, dão a possibilidade de avaliar algumas dimensões que extrapolam a renda. Qualidade de vida e saúde são importantes indicadores para medir bem-estar e assegurar direitos fundamentais da população. O abastecimento de água no estado de São Paulo aumentou de 97,38% para 97,91% nos dez anos de intervalo entre 2000 e 2010. A coleta de lixo alcançava 98,9% dos paulistas em 2000 e 99,66% em 2010. O tratamento de esgoto contemplava 85,72% da população em 2000 e 89,75%, em 2010. Essas medidas indicam aumentos tímidos e pouco expressivos. Deve-se ter em mente que indicadores como esses se tornam mais rígidos conforme se aproximam da totalidade, 100%. Mesmo assim, num estado populoso como São Paulo, mais de 10% da população sem tratamento de esgoto, em 2010, pode indicar lentidão nas iniciativas e falta de investimento na área, além de trazer sérios riscos à saúde.

A medida de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi criada por Mahbub ul Haq, com a colaboração de economista indiano Amartya Sen, e pretende, em contraposição do PIB per capita, englobar mais esferas de desenvolvimento econômico além da renda. Atualmente os três pilares contemplados pelo Índice são saúde, educação e renda. O IDH é a medida quantitativa mais próxima de medir a já citada multidimensionalidade da pobreza. Segundo o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), a proposta é mudar a perspectiva do cálculo. O foco passa a ser não mais no crescimento econômico ou na renda, mas no ser humano, suas capacidades e oportunidades, além da ampliação do seu poder de

decisão. Outras esferas importantes para medir pobreza ainda não são inseridas nesse índice, como características da democracia, equidade e sustentabilidade do crescimento, por exemplo. Elas representam esferas um tanto quanto imateriais, que serão melhor retratadas por medidas qualitativas, e que dificilmente serão satisfatoriamente representadas por medidas de natureza quantitativa (PNUD, 2016).²

A esfera da saúde é internalizada no Índice através da expectativa de vida, representando uma vida longa e saudável. A média de anos de escolaridade dos adultos e expectativa de anos de escolaridade das crianças, se os padrões das taxas de matrícula se mantiverem, são as medidas que internalizam a esfera da educação ao Índice. A esfera da renda é representada pela Renda Nacional Bruta *per capita* expressa em Paridade de Poder de Compra, medindo padrão de vida. Assim, o PNUD utiliza as informações para complementar os indicadores de desenvolvimento econômico.

O IDH Municipal segue as mesmas bases do Global, mas adapta a metodologia de cálculo às especificidades nacionais e à disponibilidade de informações, para tornar a medida mais adequada à realidade regional. Tendo em vista que a medida varia entre 0 e 1, sendo 1 o pleno desenvolvimento humano, houve melhora de 0,702 para 0,783 entre 2000 e 2010, para o estado de São Paulo. O Índice para a esfera Educação, antes do agrupamento, foi a que apresentou variação mais expressiva, de 0,581 para 0,719. De acordo com Castro (2004), a educação é decisiva na melhoria da qualidade de vida, logo, o aumento citado pode criar maiores chances de diminuição da pobreza.

A partir daqui emerge a importância de políticas públicas, com base principalmente em dar à população acesso a serviços de educação, saúde, inclusão digital, participação política, entre outros bens sociais. Em setembro de 2001 começou a ser montado o Cadastro Único da Rede de Proteção Social, que realizaria, em nível nacional, a identificação dos possíveis beneficiários de todos os programas de assistência social do governo. Esse cadastro foi um instrumento utilizado para facilitar a formulação, acompanhamento e avaliação dos programas, sobrepujando a transferência de renda. Através disso, foi permitido que famílias pobres e indigentes deixassem de ser apenas estatística e fossem satisfatoriamente contempladas por programas de redução da miséria e vulnerabilidade social. São necessárias ações transversais e integradas para diminuir a pobreza e, deve ser lembrado que a pobreza não é apenas questão de insuficiência de renda, mas também engloba a dificuldade de acesso a políticas públicas, que ampliem as oportunidades das famílias pobres para superar as

² Disponível em <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>

vulnerabilidades recorrentes (CASTRO, 2004). Tudo isso deve entrar em pauta ao colocar em prática políticas sociais -estaduais e federais-, em favor da rede de proteção social.

Em 2004, iniciou-se uma ação de combate à pobreza via transferências de renda às famílias menos favorecidas. Os anos seguintes foram marcados por evoluções, o programa fora aperfeiçoado e unificado, passando a ser chamado de Bolsa Família. Ao final de 2005, cerca de 8,7 milhões de famílias no Brasil já recebiam o benefício. Em 2004, no estado de São Paulo, um total de 657.099 famílias participava do programa. Já em 2010, ano final do presente estudo, esse número era de 1.174.844 famílias. A partir de 2006, consolidou-se o pensamento de que o governo deveria desempenhar um papel mais ativo no desenvolvimento econômico e social. Para Barbosa (2013), o período de 2006 a 2008 foi marcado por uma política macroeconômica expansionista, onde se promoveu aumento recorde no salário mínimo e ampliação de investimentos em infraestrutura. Todos esses esforços colaboraram para a saída do Brasil do Mapa da Pobreza Mundial. Segundo o Relatório sobre a Insegurança Alimentícia no Mundo, divulgado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), o Brasil conseguiu reduzir em 82% a população considerada em situação de subalimentação entre 2002 e 2013.

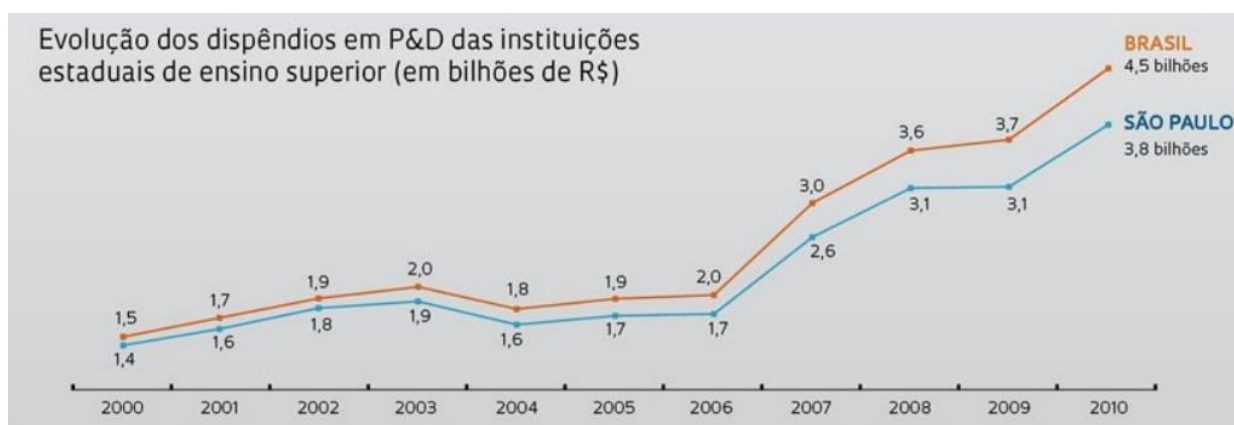
Um dos eixos principais para a população em termos de investimento governamental é a educação. Para Cruz, Torres e Teixeira (2010) o investimento em educação e qualificação da mão-de-obra é um potencial redutor de pobreza, pois cria condições necessárias para que pessoas pobres consigam superar seu estado de vulnerabilidade. Segundo Cruz, Torres e Teixeira (2010), um maior nível educacional, melhores condições de saúde e melhorias na infraestrutura rodoviária e energética contribuem para impulsionar a renda a níveis maiores:

“O que se espera é que a possibilidade de expansão dos estoques de infraestrutura e de capital humano possa contribuir para melhores oportunidades socioeconômicas para os pobres e melhor distribuição de renda, via aumento dos retornos dos insumos capital e trabalho.” (CRUZ, TORRES E TEIXEIRA, 2010).

Avançando na teoria da influência da condição inicial sobre o efeito do crescimento econômico, torna-se interessante abordar setores tecnológicos como potencializadores da melhora na distribuição de renda. Setores tecnológicos exigem, além de níveis altos de investimento, algumas condições preexistentes para conseguirem se estabelecer e gerar resultados satisfatórios. Segundo o IBGE, um total de 86% do investimento feito em tecnologia e P&D no Brasil têm como alvo o estado de São Paulo. Esse tipo de investimento procura locais com boas bases educacionais, Centros Tecnológicos, incubadoras e pontes

firmez entre empresas e universidades, onde nascem as ideias inovadoras. O caminho é contínuo e deve ser acompanhado de perto para que não haja nenhuma lacuna que possa inviabilizar o funcionamento e êxito do setor. A seguir será demonstrada a evolução dos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento no estado, afirmando mais uma vez a posição de São Paulo em relação a outros estados brasileiros.

FIGURA 1- Contribuição do Estado de São Paulo no investimento em P&D (2000-2010).



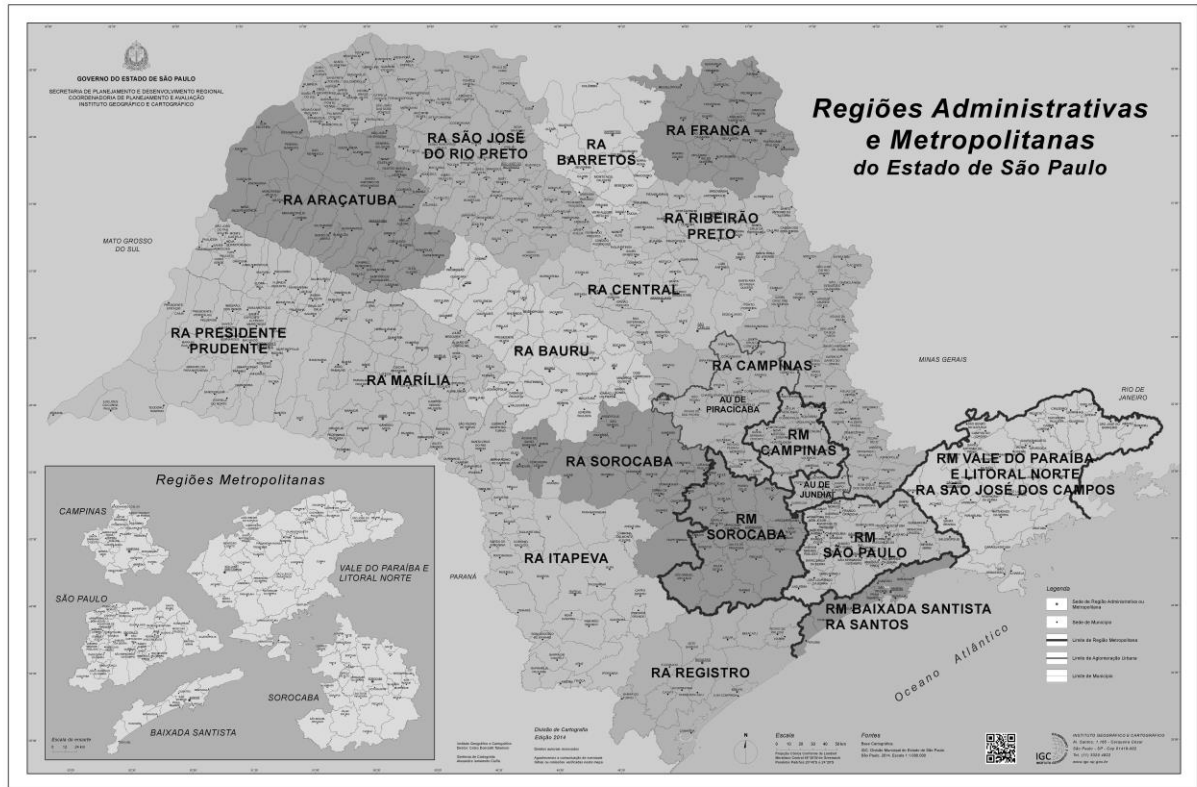
Fonte: Indicadores de Ciência e Tecnologia – Investe SP (2016).

O comando do estado é importante para traçar metas e direcionar medidas, considerando uma ordem de prioridades em termos de políticas públicas. Os governadores do estado de São Paulo no comando durante o período estudado foram Mário Covas Júnior (PSDB), desde 1995 e reeleito em 1998, que faleceu em 6 de março de 2001, no exercício do cargo. Seu vice-governador, Geraldo Alckmin (PSDB), assumiu até ser eleito em 2003. Em 2006, Alckmin renuncia para participar das eleições e Cláudio Salvador Lembo assume. José Serra é eleito em 2007 e governa até 2010. Em 2008, Alckmin é nomeado Secretário do Desenvolvimento e continua participando do governo, até ser eleito governador novamente em 2010.

Após as informações abrangentes sobre o Estado de São Paulo, torna-se necessário analisar algumas informações mais específicas sobre os municípios paulistas. Devido à dificuldade de analisar individualmente os 645 municípios paulistas, eles serão agrupados em Regiões Administrativas. Essa divisão é feita pela SEADE, através de uma regionalização de áreas geográficas com similaridades econômicas e sociais. São Paulo possui 15 Regiões Administrativas, que seguem a seguinte divisão: Central, Araçatuba, Barretos, Bauru,

Campinas, Franca, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba.³

FIGURA 2- Mapa das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC, 2016).

Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/regioes_adm.html>

No Quadro 1 será mostrada a evolução da renda *per capita* dessas Regiões Administrativas na década estudada, entre 2000 e 2010. A medida cresceu em torno de 4 vezes em todas as Regiões Administrativas paulistas no período. Esse crescimento expressivo se dá, em partes, pelo desenvolvimento de indústrias e aumento de produção tanto no meio rural como no urbano e industrial. Para exemplificar, o quantum da indústria paulista cresceu em torno de 54 pontos no índice, tomando como base (100) o ano de 2002 (IPEA, 2016).

QUADRO 1- Renda *per capita* das Regiões Administrativas Paulistas em 2000 e 2010.

Regiões Administrativas	2000	2010
-------------------------	------	------

³ Em 2014, ano posterior ao período utilizado por esse trabalho, foi oficialmente criada a 16ª Região Administrativa de Itapeva pelo Governo do Estado (SEADE, 2016).

Central	R\$ 285,99	R\$ 1.229,24
Araçatuba	R\$ 250,88	R\$ 1.151,13
Barretos	R\$ 274,04	R\$ 1.246,53
Bauru	R\$ 274,29	R\$ 1.158,15
Campinas	R\$ 346,11	R\$ 1.398,13
Franca	R\$ 274,20	R\$ 1.201,43
Marília	R\$ 250,05	R\$ 1.092,16
Presidente Prudente	R\$ 234,89	R\$ 1.054,78
Registro	R\$ 221,38	R\$ 857,64
Ribeirão Preto	R\$ 302,77	R\$ 1.224,43
Santos	R\$ 361,62	R\$ 1.349,56
São José do Rio Preto	R\$ 253,00	R\$ 1.214,59
São José dos Campos	R\$ 276,89	R\$ 1.132,37
São Paulo	R\$ 340,06	R\$ 1.321,38
Sorocaba	R\$ 246,01	R\$ 1.034,73

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA (2016).⁴

Esse aumento expressivo na renda chama a atenção para o alvo do crescimento, qual setor da sociedade foi contemplado pelo aumento e como se deu a distribuição dos ganhos entre as faixas de renda. O presente trabalho tem como alvo as faixas mais pobres da população e, por isso, se torna necessário analisar a evolução da pobreza, com base nas médias de proporção de pobres e indigentes em cada região do Estado, como demonstrado no Quadro 2:

QUADRO 2- Proporção de Pobres e Indigentes nas Regiões Administrativas Paulistas em 2000 e 2010⁵.

Regiões Administrativas	% Indigentes		% Pobres	
	2000	2010	2000	2010
Central	5,42	4,97	18,11	17,61
Araçatuba	6,68	5,25	20,99	18,73
Barretos	5,03	5,81	17,45	19,35
Bauru	4,82	5,60	15,09	18,22
Campinas	4,14	5,59	13,90	17,51

⁴ Os valores foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

⁵ A Proporção de Pobres é dada pela população cujo rendimento não alcança ½ salário mínimo. A Proporção de Indigentes corresponde à parcela da população que recebe menos de ¼ de salário mínimo.

Franca	6,11	6,83	22,20	23,54
Marília	7,36	6,97	23,53	23,01
Presidente Prudente	11,59	9,70	29,51	27,57
Registro	5,03	6,62	15,06	19,54
Ribeirão Preto	6,02	7,48	17,73	21,09
Santos	5,83	4,55	18,67	15,41
São José do Rio Preto	6,00	5,11	20,36	18,19
São José dos Campos	9,12	10,40	23,05	27,84
São Paulo	9,38	9,62	22,31	25,19
Sorocaba	11,57	10,76	28,62	29,08

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA (2016).

Nas Regiões de Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Registro, Ribeirão Preto, São José dos Campos e São Paulo apresentaram aumento nas duas medidas. Na Região de Sorocaba houve diminuição do percentual de Indigentes, mas houve aumento no percentual de Pobres. Nas regiões Central, Araçatuba, Marília, Presidente Prudente, Santos e São José do Rio Preto houve queda nas duas medidas.

Aprofundando a análise sobre distribuição de renda, serão expostos os Índices de Gini, em média, de cada Região para os dois anos aqui estudados.

QUADRO 3- Evolução do Índice de Gini entre 2000 e 2010 nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.

Regiões Administrativas	2000	2010
Central	0,50	0,44
Araçatuba	0,51	0,43
Barretos	0,53	0,43
Bauru	0,50	0,44
Campinas	0,51	0,48
Franca	0,51	0,47
Marília	0,52	0,46
Presidente Prudente	0,53	0,44
Registro	0,60	0,51
Ribeirão Preto	0,52	0,46
Santos	0,54	0,51
São José do Rio Preto	0,49	0,42
São José dos Campos	0,55	0,50

São Paulo	0,53	0,50
Sorocaba	0,55	0,47

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA (2016).

Lembrando que o Índice de Gini se dá entre 0 e 1, sendo 0, o cenário de perfeita distribuição de renda, e 1, se a renda é totalmente concentrada. A queda do índice, portanto, indica melhora da distribuição de renda na região. Todas as Regiões apresentaram diminuição do Índice de Gini, indicando a melhora da distribuição de renda no estado entre os 10 anos. Nas Regiões de Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Registro, Ribeirão Preto, São José dos Campos e São Paulo apresentaram resultados simultâneos de aumento da proporção de pobres e indigentes e diminuição do Índice de Gini.

Nessa análise, além do contexto social e econômico, é importante discutir também metodologias, referenciais e teorias que norteiam os cálculos e as interpretações feitas a partir dos dados obtidos em 2000 e 2010. É disso que este trabalho tratará a seguir.

3 METODOLOGIA

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

A falta de uniformidade da percepção e entendimento dos impactos do crescimento econômico sobre o bem-estar social cria uma necessidade de investigação. Torna-se necessário verificar como se dá a distribuição dos frutos do crescimento entre os grupos sociais e como essa divisão influencia a rota da pobreza em determinada nação. Kakwani e Pernia (2003) afirmam que a redução da pobreza depende tanto do crescimento econômico como de mudanças na distribuição de renda. Ou seja, é preciso considerar não só as peculiaridades de cada nação, seu nível inicial de renda e estágio do desenvolvimento, mas também as diferentes faixas de renda da população e como cada uma delas tem acesso aos ganhos da atividade econômica e se insere na sociedade, em termos econômicos.

Deve-se atentar que a natureza da distribuição de renda tem poder de incluir ou excluir cidadãos da atividade econômica. Tomando como base a teoria das liberdades substanciais de Amartya Sen (1999), se a concentração de renda é muito alta, a parcela mais pobre da população fica vulnerável e corre o risco de perder a participação na sociedade como agente econômico. Se isso ocorre, o indivíduo passa a viver à margem das relações econômicas de trabalho e consumo. No entanto, Cruz, Torres e Teixeira (2010) afirmam que o simples aumento de renda é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir à população o acesso aos serviços de educação, saúde, inclusão digital, participação política, entre outros bens sociais, que podem caracterizar as liberdades substanciais de Sen. Isso implica que políticas públicas são de suma importância e, por isso, a relação entre pobreza e crescimento econômico ganhou espaço em diversos estudos econômicos.

Antes da vertente de pesquisa ser nomeada ‘pró-pobre’, nas décadas de 1950 e 1960, os estudos eram baseados no interesse dos autores sobre a relação entre pobreza e desigualdade social dado crescimento econômico. Para Kakwani e Pernia (2000) o conceito abordado pela literatura e considerado dominante nas décadas de 1950 e 1960 era que todo crescimento diminuiria a pobreza. Os pobres teriam acesso aos benefícios do crescimento, mesmo que de forma indireta e defasada, se ele ocorresse em taxas elevadas. Logo, o foco para combater pobreza era fomentar o crescimento acelerado. Os movimentos da economia e suas consequências eram, em sua maioria, tidos como naturais e, por isso, nenhum órgão deveria exercer influência ou agir a fim de alterá-los. O sistema era autorregulado e respondia

de acordo com as necessidades dele mesmo. Assim, para Dollar e Kraay (2001), se o governo de alguma nação procurasse apenas fomentar o crescimento econômico, evitando inflação e mantendo a disciplina fiscal, todo o resto responderia a favor do desenvolvimento.

O estudo da relação entre crescimento e desigualdade tem como ponto inicial a teoria de 1955 do economista Simon Kuznets (JUSTO E OLIVEIRA, 2014). A base dessa teoria é a hipótese do “U invertido”, que indica aumento da desigualdade nos estágios iniciais do crescimento econômico e o caminho natural de distribuição de renda conforme se aproxima dos estágios mais avançados de crescimento, até que a nação alcance o chamado desenvolvimento econômico. A evolução dessa teoria é o desenvolvimento “*trickle down*”. Essa vertente considera que todo aumento do PIB é redutor de pobreza e o crescimento econômico passa lentamente dos ricos para os pobres através de um gotejamento de riqueza.

De acordo com Pinto e Oliveira (2010), antes da década de 1980 no Brasil e no mundo, a pobreza era vista como um problema que seria eliminado à medida que os países intensificassem seu crescimento econômico. As evidências de correlação negativa entre renda e pobreza encontrada em alguns estudos da época fez com que a teoria econômica concentrasse esforços para combater a pobreza através do crescimento acelerado. O impacto social e distributivo desse crescimento não recebia a atenção devida. Uma possível explicação para isso é a defesa de que a preocupação com a pobreza não deve frear ou obstruir qualquer caminho disponível para aumentar a parcela de mercado mundial, os ganhos da balança comercial e aumento do PIB, por exemplo. Ou seja, o país já possui muitos obstáculos para alcançar o crescimento e, posteriormente, o desenvolvimento econômico tão desejado e, por isso, deve concentrar todas as forças no mercado produtivo.

Na verdade o crescimento pró-pobre, assim denominado desde o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990 das Nações Unidas, comissionado pelo PNUD, onde foi incluído dentro do termo “crescimento amplo”, não necessariamente prejudica o crescimento (PNUD, 1990). Em tese, se o crescimento pró-pobre cria distorções que resultem num nível de produção menor que o ótimo, o pró-rico tem a mesma, se não maior, possibilidade de resultar em ineficiências produtivas, como vemos no trecho:

“As políticas que fomentam o crescimento pró-pobre geram resultados ineficientes? Provavelmente não. Depende das especificidades das políticas implementadas. Se as ineficiências realmente acontecem, pode-se dizer que políticas de crescimento pró-rico criam tantas, se não mais, ineficiências e

distorções, causando um nível de produção abaixo do ótimo.” (tradução livre a partir de Kakwani e Pernia, 2000, pg.4).⁶

À medida que as teorias posteriores foram evoluindo, para Pinto e Oliveira (2010), o tempo haveria mostrado a possibilidade de o sistema ser imperfeito, não autorregulável, e nem todos os países caminhavam para o desenvolvimento econômico da mesma forma. Os países que não dispunham de uma rede de proteção social poderiam colocar em risco condições de vida mínimas adequadas para a população. Os autores afirmam que o aumento de renda per capita advindo do crescimento econômico viria acompanhado de uma quantidade crescente de pessoas pobres, criando-se fortes desigualdades socioeconômicas. Percebeu-se, então, que alguns direitos sociais, civis e políticos deveriam ser defendidos e em consequência dessa constatação, a redução da pobreza tornou-se o objetivo principal, como se pode evidenciar em estudos das Nações Unidas e Banco Mundial – por exemplo, PNUD (2005) e Word Bank (2000).

O Brasil pode ser considerado uma potência econômica global, mas apresenta níveis altos de desigualdade de renda. Por isso, para Resende (2008), em um país onde a desigualdade de renda é uma das maiores do mundo, as políticas públicas que visem o crescimento e, conseqüentemente, a redução da pobreza, devem ser pensadas de uma maneira que o crescimento econômico seja acompanhado de uma redução na desigualdade de renda. Os dirigentes deveriam pensar e aplicar políticas de incentivo ao crescimento econômico e, por conseguinte, à diminuição da pobreza, de forma a combinar os resultados positivos do crescimento com melhoria da distribuição de renda. Nem sempre é o que se vê, mas a cada dia se torna mais visível a questão da pobreza e como é de extrema importância garantir o bem-estar da população e os seus direitos básicos.

Segundo Pernia (2003), para algumas organizações internacionais como a ONU e a OCDE, o crescimento pró-pobre é o crescimento que reduz pobreza significativamente e que beneficia os mais pobres de forma que aumente o acesso destes a oportunidades, mas não fica claro a intensidade e as características de tal redução. Ainda há muita divergência entre os conceitos de pró-pobre para os estudiosos da área. O Asian Bank Development (1999) acredita que o crescimento deve ser considerado pró-pobre somente quando: absorve mão-de-obra; é combinado com políticas públicas para diminuir a desigualdade social; e ajuda a aumentar a renda e a geração de emprego para os mais pobres - em especial mulheres e outros

⁶ “Do pro-poor growth policies necessarily create inefficient outcomes? Probably not. More likely, it depends on specific policies implemented. If they do, then it may also be argued that pro-rich growth policies also create as many, if not more, distortions, thereby resulting in lower than optimum output.” (Kakwani e Pernia 2000 pg.4).

grupos tradicionalmente excluídos. Esses pontos podem exemplificar o pensamento de Kakwani e Pernia (2000), de que as características da atividade econômica do país em questão têm influência sobre a probabilidade de ele apresentar crescimento pró-pobre.

O crescimento pró-pobre tem mais chance de ocorrer quando a economia do país se baseia em atividades trabalho intensivas, onde a mão-de-obra é principal insumo utilizado. Nesses casos, a qualificação dos trabalhadores e o aumento de postos de trabalho, decorrentes do crescimento, tem poder inclusivo de pessoas na máquina produtiva, além de equilibrar os salários em níveis mais altos. Uma lacuna nessa teoria, encontrada por Pernia (2003), é que a migração de renda e melhoria distributiva só ocorre quando todas as classes conseguem se apropriar da nova tecnologia, conforme as inovações tecnológicas avançam. Nesse caso, há uma migração de trabalhadores para os setores produtivos mais avançados, equilibrando os salários em níveis cada vez maiores e concretizando uma diminuição da desigualdade. Nota-se que uma infraestrutura e desenvolvimento pré-existentes são necessários. O que acontece de fato, em países com níveis iniciais altos de desigualdade, é que a parte mais pobre da população não tem acesso às inovações e se vê, como mais excluída da atividade econômica do que antes, diminuindo – ao invés de aumentar - sua renda e aumentando o desnível entre as faixas de renda.

Já que não há convenção unanimemente aceita no assunto abordado, o crescimento de determinado país pode ser aceito como pró-pobre por um autor e não pró-pobre por outro. Isso dependerá da intensidade do crescimento, da relação entre as diferentes faixas de renda, pobres e não-pobres, e o incremento de renda decorrente do crescimento adquirido por cada parcela da população. Alguns autores ainda consideram o aumento do acesso a oportunidades de estudo e qualificação, condições de vida, saneamento básico e infraestrutura para considerar um crescimento pró-pobre ou não, o que torna a abordagem mais subjetiva e complexa. A partir dessas divergências, as definições de crescimento pró-pobre foram evoluindo e sendo agrupadas, de acordo com graus de benefício aos pobres, especificidades de cálculo e dimensões do conceito amplo de pobreza.

O estudo sobre desigualdade e pobreza baseada somente na renda é considerada a abordagem parcial do problema. Apenas conclusões limitadas podem ser tiradas sobre a qualidade de vida das pessoas considerando apenas a esfera renda. Amartya Sen (2000), laureado Nobel de Economia, fez sua contribuição sobre esse tema colocando a importância de se estudar não só níveis de renda, mas o acesso a oportunidades, bens públicos e infraestrutura, além da capacidade do indivíduo de fazer valer seus direitos sociais, cívicos e políticos. O centro de seu estudo era a capacidade da população de exercer por completo suas

liberdades substanciais individuais, no caso, considerar a pobreza em sua forma multidimensional. Mesmo considerando a importância da multidimensionalidade da pobreza, limita-se aqui a estudar o conceito unidimensional, pela dificuldade de informação e dados concretos, subjetividade e complexidade de algumas esferas da pobreza e da liberdade dos indivíduos.

A escolha da linha de pobreza representa mais um ponto de dissensão entre os pesquisadores dessa área. Segundo Bakof (2006), as linhas de pobreza devem ser aplicadas com muito cuidado. Considerar a população acima da linha como não-pobre é complicado, já que essa informação está sujeita às diferenças entre países, situação atual de desigualdade e contingente populacional em cada faixa de renda. Por exemplo, a variação de +US\$1 na linha de pobreza considerada, num país muito pobre e desigual coloca em situação de pobreza um contingente considerável a mais da população, enquanto num país mais rico, com renda melhor distribuída, essa parcela poderá ser pouco expressiva. Por isso, linhas de pobreza são escolhidas conforme o objetivo final do estudo. Será aplicada a linha que for considerada mais apropriada para que o autor consiga captar os efeitos que deseja investigar, além de determinar a abrangência da pesquisa, por exemplo.

Apesar de todas as inconsonâncias, o ponto central é calcular a sensibilidade das medidas de pobreza escolhidas em relação ao crescimento econômico. Surgiu então o Axioma da Monotonicidade, que trata da evolução das teorias de que o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não garante, a longo prazo, que haja redução da pobreza. Esse axioma implica que a magnitude da redução da pobreza deve ser uma função monotonicamente crescente da taxa de crescimento pró-pobre (SANTOS, 2011). A redução da pobreza responde não exclusivamente ao crescimento, mas também à maneira como os frutos desse crescimento são distribuídos na sociedade. Considerando isso, a intensidade do impacto do crescimento sobre a pobreza deve satisfazer esse axioma e, portanto, fornecer uma condição necessária suficiente para que ocorra a diminuição da pobreza. Se essa condição for atingida o crescimento poderá ser considerado pró-pobre.

Tantos desacordos teóricos abordados mostram como o tema é rico em discussão e aprofundado sobre como deve ser estudado, dependendo da variável principal de interesse. Essa situação possibilita o entendimento mais amplo sobre o tema, em suas diversas interpretações, com linhas de pensamentos distintas.

“A distinção teórica entre os pensadores é importante, pois enriquece o entendimento de uma mesma questão sobre vários prismas”. (Bakof, 2006, pg. 21).

3.2 REFERENCIAL ANALÍTICO

A investigação sobre o crescimento pró-pobre tem como base a relação entre crescimento, distribuição relativa da renda e pobreza. Encontram-se divergências entre os trabalhos considerando a natureza e a intensidade dessa relação e, por isso, com o passar do tempo, as teorias foram sendo agrupadas em duas vertentes de crescimento pró-pobre. As definições se separam em fraca e forte. A definição fraca de crescimento pró-pobre é a *Trickle Down* já citada anteriormente, com base em Kuznets (1955). Alguns autores que seguem essa linha ideológica são Ravallion e Chen (2003) e Dollar e Kraay (2001). Para eles todo crescimento beneficia os pobres, mesmo que de forma lenta e gradual.

A definição forte pode ser dividida em termos absolutos ou relativos. Na definição forte relativa o crescimento econômico deve beneficiar mais os pobres do que o restante da população, ou seja, deve haver distribuição entre os grupos de rendas diferentes, para assim melhorar a distribuição de renda relativa e diminuir a desigualdade social. A definição forte em termos absolutos, também conhecida como ‘super pró-pobre’, implica incremento de renda decorrente do crescimento auferido pelos pobres igual ou maior que pelos não-pobres. Alguns autores que tomam como base a definição forte são Kakwani, Khander e Son (2004), Datt e Ravallion (1999), Pernia (2003) e Bourgingnon (2002).

A adoção da linha de pobreza, como já exposto, varia de acordo com o objetivo final do trabalho. A escolha depende se o objetivo do estudo é investigar o lado quantitativo (evidências numéricas) ou o qualitativo (reflexões sobre bem-estar e desenvolvimento com abordagem completa). Segundo Kageyama e Hoffmann (2006), a linha de pobreza pode ter como base: as necessidades básicas para sobrevivência, em relação a alimentação, higiene e consumo mínimo, que é a abordagem absoluta da linha de pobreza; a privação de um conjunto ou cesta de bens considerada comum àquela sociedade, que caracteriza a linha de pobreza relativa; ou a cesta que cada pessoa acredita ser o suficiente para viver comparada à sua renda disponível, que representa a abordagem subjetiva da linha.

Será aplicado nesse trabalho o modelo de decomposição utilizado em Santos (2011), que é o modelo original de Datt e Ravallion (1999), com certas adaptações sugeridas por Pinto e Oliveira (2010). Essas adaptações foram feitas a fim de separar os efeitos dos dois fatores da forma mais eficiente possível. Através delas será possível corrigir o viés causado pela distribuição de renda, internalizando no modelo informações iniciais e finais da desigualdade, para que possam ser encontradas evidências de crescimento pró-pobre em sua definição forte. A abordagem será unidimensional em decorrência de limitações de dados,

subjetividade e alta complexidade das demais esferas da pobreza, portanto trata-se apenas da dimensão renda.

De acordo com Datt e Ravallion (1999), para analisar o caráter pró-pobre do crescimento é preciso decompor os efeitos sobre a pobreza em: i) referente ao crescimento e ii) referente a mudanças na distribuição e desigualdade de renda. Portanto, será decomposta a Elasticidade-Renda da Pobreza, que dará resultado a dois efeitos parciais sobre a pobreza, segundo Pernia (2003):

- a) A *Elasticidade Parcial Renda-Pobreza*: O efeito crescimento-puro, considerando inalteradas as características de distribuição, e;
- b) A *Elasticidade Parcial Desigualdade-Pobreza*: O efeito distribuição, que considera uma alteração na desigualdade, mantendo-se o nível inicial de renda.

O conceito estatístico formal de Elasticidade é a variação percentual de uma variável dependente que seja resposta a uma variação percentual da variável explicativa. Essa medida de elasticidade será estimada econometricamente através de dados em painel, uma combinação de unidades de corte transversal e séries de tempo. Esse tipo de combinação de dados tem uma dimensão espacial e outra temporal, logo é a mais adequada para esse estudo. A regressão com dados em painel permite estudar modelos comportamentais mais complexos e pode enriquecer a análise empírica de forma que não seria possível aplicando-se modelos com dados de corte transversal ou séries de tempo isoladamente, além de considerar características heterogêneas entre as unidades alvos da investigação, resultar em um menor grau de colinearidade e pressionar o viés dos estimadores ao menor nível possível (GUJARATI, 2006).

Em relação ao modelo original de Datt e Ravallion (1999), operacionalmente será uma função de regressão simples do logaritmo da proporção de pobres como variável dependente, com o logaritmo da renda domiciliar per capita como variável independente, demonstrada a seguir:

$$\ln P_{it} = \alpha + \beta \ln Y_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Sendo P_{it} a proporção de pobres e indigentes, Y_{it} a renda domiciliar *per capita* do município i no tempo t . O modelo log-log permite resultados diretos de elasticidade renda-pobreza, a medida-alvo desse estudo.

O segundo modelo será estimado com as alterações sugeridas por Pinto e Oliveira (2010), corrigindo o coeficiente através da desigualdade de renda e, portanto, apresentando a Elasticidade Desigualdade-pobreza. Para isso aplicaremos o Índice de Gini também como variável independente no seguinte formato:

$$\ln P_{it} = \alpha + \beta_1 \ln Y_{it} + \beta_2 \ln(Gini_{it}) + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Deve-se ter atenção que o modelo impõe que os coeficientes de correlação entre os termos de erro de tempos distintos permaneçam inalterados, independente da unidade, do corte transversal na distribuição e da distância entre os períodos de tempo em questão (SANTOS, 2011).

Para o tratamento de dados, há duas possibilidades de aplicação para dados em painel: efeitos fixos ou aleatórios. O teste de Hausman será usado para observar qual deles é mais recomendado para a estimação em questão, verificando a presença de autocorrelação entre a variável não observada e alguma das variáveis explicativas. A estatística desse teste é:

$$(\hat{\beta}_{EF} - \hat{\beta}_{EA})[Var(\hat{\beta}_{EF}) - Var(\hat{\beta}_{EA})]^{-1}(\hat{\beta}_{EF} - \hat{\beta}_{EA}) \sim \chi^2(k)$$

Sendo k o número de coeficientes angulares presentes no modelo. A hipótese nula desse teste é que as diferenças nos coeficientes dos dois modelos não são sistemáticas e não há correlação entre os regressores e o termo de erro. Para ilustrar:

$$H_0 : \hat{\beta}_{EF} - \hat{\beta}_{EA} = 0$$

$$H_1 : \hat{\beta}_{EF} - \hat{\beta}_{EA} \neq 0$$

Se não for possível rejeitá-la, o modelo mais adequado é o de efeitos aleatórios, já que fica comprovada a endogeneidade dos regressores. Regressores endógenos indicam que não é possível aplicar as variáveis escolhidas em formato de causa e efeito. Nesse caso, os resultados poderão não representar fielmente a realidade que o modelo se propõe a estimar e por isso não poderia ser utilizado para fazer análises mais profundas sobre os dados utilizados no trabalho.

Também serão aplicados os seguintes testes: (i) Breusch- Pagan e Pesaran, baseados no teste LM, para verificar a presença de autocorrelação nos resíduos, sendo sua regra de decisão H_0 :Ausência de Autocorrelação e H_1 : Presença de Autocorrelação; e (ii) Wald, para ausência (H_0) ou presença (H_1) de heterocedasticidade, ou seja, inconstância das variâncias das unidades amostrais. Tudo isso a fim de encontrar a melhor especificação e, por conseguinte, gerar resultados robustos da regressão.

3.2.1 Fonte e Tratamento dos Dados

Para realizar os testes propostos, foram utilizados dados de Renda Domiciliar *per capita*, como uma aproximação da renda disponível para consumo da população. Esse dado foi corrigido pelo INPC, para que fossem neutralizados os efeitos da inflação nos valores. Como linhas de pobreza, foram adotadas a proporção de pobres e de indigentes, como base para considerar uma parte da população pobre e a parte restante, não-pobre. A proporção de pobres utilizada é a parcela da população com renda menor que a metade do salário mínimo do mesmo período. Já a proporção de indigentes representa a parcela cuja renda não chega a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo corrente. O Índice de Gini é internalizado posteriormente, como medida de desigualdade, para analisar os pontos distributivos do crescimento pró-pobre. Ele é utilizado para corrigir o viés da distribuição de renda no impacto do crescimento sobre a pobreza e, assim, tornar mais robustos os resultados dos modelos econométricos aplicados. Os dados são disponibilizados pelo IPEA e pela SEADE, a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

É importante pontuar que, Segundo Hoffmann (1998), dados de pesquisas domiciliares baseiam-se em autodeclarações dos indivíduos, e por isso podem não representar tão bem a realidade dos domicílios. Pode ocorrer omissão e subdeclaração de rendimentos, principalmente por parte da população mais rica e também a não-inclusão da produção para autoconsumo nos rendimentos domiciliares. A instabilidade de preços, problema que teve destaque no passado recente brasileiro, também pode tornar os dados dos Censos menos fiéis à realidade.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O primeiro modelo (1)⁷ estimado neste trabalho, apresenta proporção de pobres, como variável dependente, e renda per capita, como variável independente⁸. O modelo foi estimado com efeitos fixos, considerada a melhor opção através da rejeição da hipótese nula do teste de Hausman⁹. Como já visto na contextualização, houve aumento de pobreza nos municípios. Logo, o aumento da renda e a melhora da distribuição da renda em São Paulo não teriam sido suficientes para diminuir efetivamente a pobreza. Os resultados do modelo representam o que a teoria denomina Elasticidades Parciais Renda-pobreza, ou efeito crescimento-puro. Os resultados mostraram relações fracas de elasticidade, de 0,034 para proporção de pobres, como será demonstrado na Tabela 1:

TABELA 1- Estimação do modelo (1) para Proporção de pobres, no Eviews.

Variáveis	Coefficientes	Desvio Padrão	Teste t	p-valor
Constante	2,758	0,044	63,187	0,000
ln(Renda <i>per capita</i>)	0,034	0,006	4,969	0,000
n° de observações	1290			
R ²	0,89			
Teste F - p-valor	0,00			

Fonte: Elaboração própria no Eviews a partir dos dados do IPEA.

Esse resultado indica que a cada 1% de variação na renda, a proporção de pobres varia 0,034%, na mesma direção. Os coeficientes são significativos para 5% de nível de significância e o ajustamento do modelo é satisfatório, com 89% de coeficiente de determinação. Esse coeficiente indica que 89% dos dados podem ser explicados pelo modelo estimado. O Teste LM indica, na adaptação para corrigir o viés de modelos com Efeitos Fixos (*Bias-corrected scaled LM*) indica ausência de autocorrelação (APÊNDICE A).

O mesmo modelo foi estimado para a Proporção de Indigentes como regressando e os resultados da estimação serão apresentados na Tabela 2¹⁰:

⁷ $\ln(P_{it}) = \alpha + \beta \ln Y_{it} + \varepsilon_{it}$, na seção Referencial Analítico.

⁸ A proporção de pobres se dá pela parcela da população cujo rendimento é menor que ½ de salário mínimo.

⁹ Disponível no Apêndice A.

¹⁰ A proporção de indigentes é a parcela da população que apresenta rendimento menor que ¼ de salário mínimo.

TABELA 2- Estimacão do modelo (1) para Proporco de Indigentes, no Eviews.

Variáveis	Coefficientes	Desvio Padrão	Teste t	p-valor
Constante	1,738	0,070	24,792	0,000
ln(Renda <i>per capita</i>)	0,010	0,011	0,946	0,345
n de observaes	1290			
R ²	0,85			
Teste F - p-valor	0,00			

Fonte: Elaboraco própria no Eviews a partir dos dados do IPEA.

A regressão foi estimada com efeitos fixos, após a rejeio da hipótese nula do Teste de Hausman¹¹. Para esse modelo, o regressor Renda *per capita* não  estatisticamente significativo ao nível de significância de 5%. Isso indica que a variável independente, a Renda *per capita*, não pode ser utilizada para explicar mudanças nas linhas de pobreza adotadas. Os testes *Bias-corrected scaled LM*, estimado para modelos com efeitos fixos, e *Pesaran CD*, baseados no *LM test* indicam a ausência de autocorrelao para essa regressão ao nível de 5% de significância. A partir desses resultados, percebe-se que o modelo (1), para ambas as linhas de pobreza utilizadas não encontrou evidências de que as Elasticidades Renda-pobreza caracterizassem o crescimento econômico como pr-pobre para os municípios de São Paulo. Esse modelo foi estimado com o intuito de mostrar a diferenciao entre o modelo original e o adaptado para captar o efeito distributivo da renda sobre a pobreza.

No modelo (2), o ndice de Gini  acrescentado como variável independente, e as linhas de pobreza continuam sendo as variáveis dependentes. Para Proporco de Pobres o modelo foi estimado com efeitos fixos, após, novamente, a rejeio da hipótese nula do teste de Hausman (APÊNDICE C). Para esse modelo todas as variáveis foram consideradas estatisticamente significativas a um nível de significância de 5%, como demonstrado a seguir:

TABELA 3- Estimacão do modelo (2) para Proporco de pobres no Eviews.

Variáveis	Coefficientes	Desvio Padrão	Teste t	p-valor
Constante	2,862	0,044	64,571	0,000
ln(Renda <i>per capita</i>)	0,088	0,010	8,882	0,000
ln(Gini)	0,612	0,084	7,299	0,000
n de observaes	1290			

¹¹ Disponível para consulta no Apêndice B.

R ²	0,90
Teste F - p-valor	0,00

Fonte: Elaboração própria no Eviews a partir dos dados do IPEA.

O coeficiente de determinação (R²) foi estimado em 90,61%, os resíduos seguem distribuição normal e a não-rejeição da hipótese nula do teste LM com correção de viés, apresentado apenas em modelos com efeitos fixos, indica a ausência de autocorrelação nos resíduos, mesmo com a rejeição da hipótese nula por outras adaptações do Teste LM. (APÊNDICE C). O teste de Wald indicou a presença de heterocedasticidade, sendo esta comum ao modelo de estimação com efeitos fixos¹². Foi estimado um modelo de regressão linear utilizando painel de erros-padrão corrigidos, considerando, assim, as variâncias inconstantes.

O mesmo modelo (2) foi estimado novamente, dessa vez com a Proporção de Indigentes nos municípios paulistas como variável dependente. Todas as variáveis, novamente, foram consideradas estatisticamente significativas ao nível de significância de 5%, como mostra a figura a seguir:

TABELA 4- Estimação do modelo (2) para Proporção de Indigentes.

Variáveis	Coefficientes	Desvio Padrão	Teste t	p-valor
Constante	1,905	0,071	26,761	0,000
ln(Renda <i>per capita</i>)	0,096	0,016	6,089	0,000
ln(Gini)	0,984	0,135	7,305	0,000
n° de observações	1290			
R ²	0,86			
Teste F - p-valor	0,00			

Fonte: Elaboração própria no Eviews, a partir dos dados do IPEA.

O teste de Hausman foi aplicado e a hipótese nula foi novamente rejeitada, sendo mais indicado o modelo de regressão com efeitos fixos (APÊNDICE C). Todas as variáveis foram consideradas estatisticamente significativas e o coeficiente de determinação (R²) foi estimado em 86,49%. Os testes aplicados indicaram, assim como para o modelo anterior, ausência de autocorrelação, através dos testes LM com viés corrigido e Pesaran, e presença de heterocedasticidade, através do teste de Wald, que já foi corrigida no modelo.¹³

¹² O Teste Wald está disponível para consulta no Apêndice C.

¹³ Os testes estão disponíveis para consulta no Apêndice D.

As elasticidades parciais demonstradas indicam que, para os municípios paulistas, se há 1% de diminuição da proporção de pobres, o efeito distribuição da diminuição da pobreza seria de 0,6%, enquanto o efeito crescimento dessa diminuição seria de 0,09% na mesma direção, representando que quando a renda *per capita* aumenta, a proporção de pobres também aumenta. Isso responsabiliza ainda mais a questão distributiva dos ganhos econômicos. Para a taxa de indigentes, quando a pobreza apresenta queda de 1%, a Elasticidade Desigualdade-pobreza é de 0,98%, enquanto a Elasticidade Renda-pobreza é de 0,09%, novamente na mesma direção da variação da pobreza em si. Em comparação com o primeiro modelo, essa estimação apresenta resultados mais satisfatórios em relação à significância das variáveis e qualidade do modelo para explicar a realidade de forma satisfatória.

Para as duas linhas de pobreza utilizadas, os resultados encontrados não puderam caracterizar o crescimento experimentado nos municípios do estado de São Paulo como Crescimento Pró-pobre. Os coeficientes significativos da renda *per capita* foram estimados positivos. Logo, eles podem ser interpretados da seguinte forma: um aumento da variável independente causa aumento da variável dependente, ou seja, as variáveis são diretamente proporcionais. Nesse caso, podemos dizer que o crescimento nos municípios paulistas deve ser considerado pró-rico para os dois modelos, em termos de Elasticidade Renda-pobreza. Existem diversos motivos para que economias apresentem crescimento pró-rico. Para Bakof (2006), economias com alto nível inicial de desigualdade podem não conseguir alcançar uma redução rápida da pobreza. Por isso, apenas crescimento elevado não é suficiente para mudar a condição de pobres e indigentes. A população, os agentes econômicos e os formuladores de políticas devem estar voltados à busca de crescimento inclusivo. Assim, o crescimento expressivo poderá adquirir poderes de mudar a situação das faixas mais baixas de renda em relação à economia.

A situação anterior da economia brasileira também pode ser um fator decisivo para o crescimento ser pró-rico. Ambientes institucionais mais críveis podem promover melhor crescimento econômico e que amenizem efeitos de eventuais recessões. No Brasil, houve um período de alta inflação e a partir da estabilização experimentada, pôde-se começar a gerar, mesmo que tardiamente, as condições iniciais para permitir acesso de uma parcela maior da população aos benefícios da economia e, assim, fazer com que uma parcela maior da população tivesse participação na riqueza do país. A instabilidade e aumento generalizado de preços se mostrou imposto para os mais pobres, que tem menos condições de proteger seus

recursos. Os efeitos ruins de uma economia inflacionária recaem principalmente sobre os mais pobres (BAKOF, 2006).

Para Resende (2008), em alguns municípios a rigidez em relação à redução da pobreza pode ser explicada potencialmente pelos níveis bastante intensos da pobreza, ou seja, um grande contingente da população pobre distante da linha de pobreza. É importante também o relativo menor impacto do crescimento econômico na renda dos mais pobres. Isso exigiria, além de taxas elevadas de crescimento, ações afirmativas que tornassem mais fácil o acesso dos excluídos à atividade econômica.

A partir da teoria das liberdades substanciais de Amartya Sen (1999), podem existir pessoas tão excluídas da atividade econômica que, independente do crescimento econômico, elas não serão atingidas pelos ganhos. Uma pessoa que não consome, não vai ao mercado e não trabalha, não está interligada economicamente à sociedade. Se ela apenas recebe ajuda de instituições filantrópicas, do governo ou até mesmo de outros agentes, a situação dela não será influenciada pelos movimentos da economia, suas necessidades básicas continuarão sendo as mesmas: comida, roupas e higiene, por exemplo, e ela continuará recebendo esses mesmos benefícios, independentemente do movimento da economia ou do nível de salários.

O setor de atividade da população empregada, internalizado no trabalho de Resende (2008), também tem condições de influenciar o acesso da população a eventuais ganhos da atividade econômica. O autor encontrou sinais de que o setor agrícola, bastante presente em algumas regiões paulistas, tem menor poder inclusivo do que os outros setores.

Para as Elasticidades encontradas nessa seção, o crescimento econômico no estado não pode ser considerado pró-pobre, com base na definição forte. Os coeficientes, como indicam variáveis diretamente proporcionais, também não podem entrar na definição de crescimento pró-pobre através de gotejamento de riqueza dos mais ricos para os mais pobres, o *Trickle Down*, já que o crescimento visto está relacionado a aumento de pobreza. São Paulo se tornou menos favorável para os mais pobres mesmo apresentando condições favoráveis de renda. Vê-se que não basta o governo manter a estabilidade da economia, sua responsabilidade fiscal e saúde econômica para que o desenvolvimento seja atingido.

A pobreza e o baixo dinamismo numa economia podem ser destacados como fatores do baixo efeito multiplicador da renda. Nesse quesito, há indícios empíricos apontados por Pernia (2003), de que políticas que promovem distribuição de renda podem se mostrar um meio para o crescimento econômico. A eficiência, teoricamente prejudicada pelas políticas de crescimento pró-pobre, não precisa ser colocada em primeiro lugar. A maximização da eficiência não seria substituída, mas apenas complementada por uma política mais abrangente

de maximização. Seria posta como prioridade a maximização do bem-estar da população. Assim, seriam eliminadas condições que impedem o sucesso de uma economia como um todo.

Segundo Pinto e Oliveira (2010) a comparação com os resultados de outros trabalhos deve ser feita com cautela. Alguns autores utilizam equações em nível, outros empregam modelos em primeira diferença, por exemplo. Assim como em todas as esferas do crescimento pró-pobre, a metodologia de cálculo e as linhas de pobreza podem variar entre os autores. Há alguns trabalhos anteriores que abrangem o Brasil e, por consequência, o estado de São Paulo como um todo. Nesses trabalhos podem-se encontrar evidências de crescimento pró-pobre, como será visto a seguir, com as diferenças de estimação explicadas, para que seja possível comparar de forma fiel os resultados entre cada um dos trabalhos.

Matias, Salvato e Barreto (2010) estimou um modelo log-log para o Brasil entre 1995 e 2008 e encontrou resultados para dados do estado de São Paulo como um todo. Foi utilizado o índice Foster, Greer e Thorbeck (1984) para estabelecer as linhas de pobreza. Ele utiliza $FGT(\alpha)$, e conforme (α) cresce, um nível ainda inferior de renda ganha mais importância na estimação. Para São Paulo foram encontradas elasticidades crescimento-pobreza de (-1.0602) para $FGT(0)$, (-1.5497) para $FGT(1)$ e (-0.0298) para $FGT(2)$. As Elasticidades Desigualdade-pobreza foram estimadas em (1.8748) para $FGT(0)$, (2.3590) para $FGT(1)$ e (0.9626) para $FGT(2)$. Os resultados maiores que a unidade são considerados pró-pobre pela definição forte. Conforme os mais pobres ganham importância, o impacto do crescimento sobre a pobreza diminui. O efeito distributivo sobre a pobreza só não pode ser considerado pró-pobre para $FGT(2)$. Para as outras duas linhas, a Elasticidade Desigualdade-pobreza pode ser considerada pró-pobre para o estado.

Pinto e oliveira (2010) estimou o modelo log-log para os estados brasileiros entre 1995 e 2007. Foi estimado primeiro o modelo com efeitos fixos e o coeficiente de Elasticidade Renda-pobreza foi estimado em (-2,15). Depois foi estimado o modelo em primeira diferença, para melhores comparações com outros trabalhos. O resultado para São Paulo foi de (-1,77). Com isso, pode-se considerar o crescimento paulista como pró-pobre para as duas estimações.

Santos (2011) estimou o mesmo modelo, log-log, para o Brasil entre 1981 e 2009. O autor encontrou uma Elasticidade Renda-pobreza de (-1,80), fazendo com que o crescimento do estado de São Paulo pudesse ser caracterizado como pró-pobre, pela definição forte.

Vê-se, então, certa divergência de resultados para o estado de São Paulo. Nesse estudo não foram encontrados resultados que indicassem a presença de crescimento pró-pobre. Basicamente, a melhora da distribuição de renda teve maior impacto, considerando os

modelos aqui apresentados, do que o próprio crescimento econômico e aumento da renda *per capita*.

5 CONCLUSÕES

O objetivo central desse trabalho foi analisar para os dados de renda, pobreza e desigualdade dos municípios do Estado de São Paulo, se o crescimento econômico verificado melhora distribuição de renda ou tem impacto na diminuição da pobreza. Caso isso ocorra, o crescimento pode ser considerado pró-pobre.

Foram estimados dois modelos econométricos de regressão e realizados os testes usuais para certificar a qualidade dos resultados obtidos. O modelo geral com os dados dos municípios paulistas não obteve, para nenhuma das duas linhas de pobreza abordadas, resultados que pudessem ser caracterizados como pró-pobre. Portanto, nota-se que crescimento econômico, mesmo que expressivo, como é o caso de São Paulo, não é condição suficiente para que a situação da pobreza seja alterada, nem em termos absolutos nem relativos. Pinto e oliveira (2010) corrobora a ideia de que na maioria das regiões, sobretudo naquelas mais desiguais, o atual padrão de crescimento contribui muito pouco para o combate à pobreza. São necessárias ações dinâmicas coordenadas que possam aumentar o acesso dos mais pobres aos ganhos da atividade econômica. Uma população que não participa ativamente da economia não será atingido pelo crescimento, mesmo que em níveis altos, como se viu nesse trabalho.

A disponibilidade de dados em nível municipal pode ser considerada uma limitação para esse estudo. Os Censos Demográficos, realizados a cada 10 anos, podem criar lacunas e dificuldade de explicação, já que não é possível captar movimentos graduais entre os anos.

As iniciativas federais de transferência direta de renda tem maiores chances de indicarem crescimento pró-pobre, mas apenas para casos em que a parcela da população abaixo da linha de pobreza é muito alta. Mesmo assim, não é garantia de crescimento pró-pobre. Essa parcela deve estar conectada de alguma forma ao funcionamento do mecanismo econômico para sentir os efeitos do crescimento econômico. Em São Paulo, mesmo que o contingente populacional abaixo da linha de pobreza seja expressivo, a relação entre essa faixa e o resto da população ainda é pequena. Em outras palavras, São Paulo pode possuir muitas pessoas abaixo da linha de pobres e indigentes, mas também possui muitas pessoas em todas as outras faixas de renda, necessitando de políticas transversais para retirar pessoas de situação de pobreza e vulnerabilidade.

Apesar da caracterização do crescimento não ser pró-pobre, a maioria das regiões paulistas apresentou queda nas proporções de pobres e indigentes. Esse indicador não deixa de ser positivo para a economia do estado, no entanto, o progresso se vê limitado pela

condição de desigualdade e exclusão de uma parte da população. A evolução da distribuição de renda acontece muito lentamente em todo o país. Ainda são colhidos frutos da época em que a economia deu saltos, mas que os ganhos não foram divididos igualmente entre a população, entre as décadas de 1960 e 1970, criando um *gap* entre as faixas de renda.

Para que ocorra a mudança necessária na distribuição de renda e diminuição da pobreza, é preciso um conjunto de ações coordenadas para que os ganhos do crescimento econômico se tornem acessíveis a todas as parcelas da população, principalmente àquelas que carecem de oportunidades e condições mínimas de vida e bem-estar. Mesmo apresentando taxas de crescimento elevadas, se uma parcela da população permanecer excluída, não será possível alcançar o nível de desenvolvimento econômico.

Por fim, com base em Pinto e Oliveira (2010), os resultados encontrados permitem concluir que, em São Paulo a queda da desigualdade exerce um papel tão ou mais importante do que o crescimento econômico puro, no sentido de buscar um padrão de crescimento cada vez mais pró-pobre.

REFERÊNCIAS

ADB – ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Fighting Poverty in Asia and the Pacific: The Poverty Reduction Strategy of the Asian Development Bank.** Manila, Filipinas: [s.n.], 1999. Disponível em: <<http://www.lcgbangladesh.org/PovertyIssues/reports/ADB-1999-PRS.pdf>>

BAKOF, A. K. **Crescimento Pró-Pobre: conceitos, experiência, políticas públicas e uma análise empírica do Rio Grande do Sul na década de 1990.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Programa de Pós-Graduação em Economia. 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/11493>>.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial.** Luta contra a pobreza. Washington, 2000. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>.

BARBOSA, N. Dez anos de Política Econômica. In:Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. SADER, E. (Org.). São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013, p. 69-102. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20130610051040/LulaeDilma.pdf>>

BARRETO, Flávio A.F.D.; MANSO, C.A.; TEBALDI, E. **O Desequilíbrio regional brasileiro: novas perspectivas a partir das fontes de crescimento pró-pobre.** *Revista Econômica do Nordeste*, v.37, n.3, p.307-328, jul/set. 2006. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=407>.

BOURGUIGNON, F. **The Growth Elasticity of Poverty Reduction: Explaining heterogeneity across countries and time periods.** Delta: Paris, 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPGI/Resources/342674-1206111890151/13565_32322_growth_elasticity.pdf>

CRUZ, A.C.; TORRES, D. R.; TEIXEIRA, E. C. **Gastos públicos em infraestrutura e em capital humano como forma de promoção do crescimento pró-pobre nos estados brasileiros.** *Revista Economia*. v. 11, n. 4. p. 163-185. dez. 2010. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-99744ee9d61827545cb717f7f8bfa51b.pdf>>.

DOLLAR, D.; KRAAY A. **Growth is good for the poor.** *World Bank Policy Research Paper*, Washington: n. 2.587, 2001. Disponível em: <<http://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/1813-9450-2587>>

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Relatório sobre o Estado da Insegurança Alimentícia no Mundo.** Roma, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>>.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento. Investe São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.investe.sp.gov.br/uploads/midias/documentos/pesquisa_desenvolvimento_saopaulo.pdf>

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 4 ed., 2006.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, v. 26, p. 79-112, 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V15-F1-S26/05-kageyama_hoffmann.pdf>.

IGC – INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. Mapa da Regiões Administrativas de São Paulo. (IGC, 2016). Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/regioes_adm.html>

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. Pobreza e mudança social. PNAD 2012.

JUNIOR, J. L.; FIGUEIREDO, E. **Crescimento Pró-Pobre no Brasil e nas regiões no período 1987-2007: uma abordagem não paramétrica**. Planejamento e Políticas Públicas, No 42, 2014. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/484>>.

JUSTO, Wellington R.; SILVA, Andréa F. **Análise de Crescimento Pró-Pobre entre os municípios do Estado do Ceará - Brasil: Uma Abordagem Espacial**. *Revista do Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 276 – 296, jan/abr 2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/3822>>

KAKWANI, K.; KHANDER, S.; SON, H. H. **Pro-Poor Growth: Concepts and measurement with country case studies**. *International Poverty Centre*. Working paper n. 1. 2004. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper1.pdf>>.

KAKWANI, K.; PERNIA, E. **What Is Pro-Poor Growth?** *Asian Development Review*, 18(1), 2000. Disponível em: <http://www.policyinnovations.org/ideas/policy_library/data/01158>.

MATIAS, J. S; SALVATO, M. A.; BARRETO, F. A. **Análise da Qualidade do Crescimento Econômico nos Estados Brasileiros de 1995 a 2008: Quão elásticos são os indicadores de pobreza com relação ao crescimento? Ensaio sobre Pobreza nº 22**. Laboratório de Estudos da Pobreza CAEN-UFC. 2010. Disponível em: <<http://www.caen.ufc.br/attachments/article/113/esp22.pdf>>.

PERNIA, E. **Pro-poor growth: what is it and how is it important?** Asian Development Bank, 2003. ERD Policy Brief n. 17. Disponível em: <<https://openaccess.adb.org/handle/11540/620>>.

PINTO, M. S.; OLIVEIRA, J. C. **Crescimento Pró-Pobre: Análise dos Estados Brasileiros entre 1995 e 2007**. 2010. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n.2. p. 327-358. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v14n2/v14n2a05.pdf>>.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. Oxford University Press. Nova York, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf>

RAVALLION, M. **Pro-poor growth: a primer**. *Policy Research Working Paper*, Washington: The World Bank, n. 3242. 2004. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPGI/Resources/15174_Ravallion_PPG_Primer.pdf>

RAVALLION, M.; CHEN, S. **Measuring pro-poor growth**. *Economic Letters*, v. 78, p. 93-99, 2003. Disponível em: <http://dad.ecn.ulaval.ca/features/files/Rav_Chen_2003.pdf>

RAVALLION, Martin; DATT, Gauray. **Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s**. *Journal of Development Economics*, v.38, n.2, p. 275-295, 1999. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPGI/Resources/15180_Growth_and_redistribution_-_Ravallion_and_Datt.pdf>.

RESENDE, Guilherme M. **O crescimento econômico dos municípios mineiros tem sido pró-pobre?** Uma análise para o período 1991-2000. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, 18 (1), 119-154, jan/abr 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512008000100005>

SANTOS, W. O. **Crescimento Pró-Pobre no Brasil (1981-2009)**. Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Maringá (PCE-UEM), 2011. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema7-Economia%20Social%20e%20Políticas%20Publicas/Artigo-6-Autoria.pdf>.

SEADE – SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/banco-de-dados/>>

_____. **Informações dos Municípios Paulistas (IMP) 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>>

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Anchor Books, 2000.

APÊNDICE - A

FIGURA A1- Teste de Hausman no Eviews do modelo (1) para Proporção de Pobres.

Correlated Random Effects - Hausman Test

Equation: Untitled

Test cross-section random effects

Test Summary	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.
Cross-section random	465.735555	1	0.0000

FIGURA A2- Testes LM do modelo (1) no Eviews para Proporção de Pobres.

Residual Cross-Section Dependence Test

Null hypothesis: No cross-section dependence (correlation) in residuals

Equation: Untitled

Periods included: 2

Cross-sections included: 645

Total panel observations: 1290

Cross-section effects were removed during estimation

Test	Statistic	d.f.	Prob.
Breusch-Pagan LM	415380.0	207690	0.0000
Pesaran scaled LM	321.2491		0.0000
Bias-corrected scaled LM	-1.250873		0.2110
Pesaran CD	6.820793		0.0000

APÊNDICE – B

FIGURA B1- Teste de Hausman no Eviews do modelo (1) para Proporção de Indigentes.

Correlated Random Effects - Hausman Test

Equation: Untitled

Test cross-section random effects

Test Summary	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.
Cross-section random	465.735555	1	0.0000

FIGURA B2 – Testes LM do modelo (1) no Eviews para Proporção de Indigentes

Residual Cross-Section Dependence Test

Null hypothesis: No cross-section dependence (correlation) in residuals

Equation: Untitled

Periods included: 2

Cross-sections included: 645

Total panel observations: 1290

Cross-section effects were removed during estimation

Test	Statistic	d.f.	Prob.
Breusch-Pagan LM	415380.0	207690	0.0000
Pesaran scaled LM	321.2491		0.0000
Bias-corrected scaled LM	-1.250873		0.2110
Pesaran CD	1.868115		0.0617

APÊNDICE – C

FIGURA C1 Teste de Hausman do modelo (2) para Proporção de Pobres.

Correlated Random Effects - Hausman Test
Equation: Untitled
Test cross-section random effects

Test Summary	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.
Cross-section random	5157.075784	2	0.0000

FIGURA C2-Teste de Wald do modelo (2) para Proporção de Pobres.

Wald Test:
Equation: Untitled

Test Statistic	Value	df	Probability
F-statistic	39.98255	(2, 643)	0.0000
Chi-square	79.96511	2	0.0000

FIGURA C3- Testes LM do modelo (2) para Proporção de Pobres.

Test	Statistic	d.f.	Prob.
Breusch-Pagan LM	415380.0	207690	0.0000
Pesaran scaled LM	321.2491		0.0000
Bias-corrected scaled LM	-1.250873		0.2110
Pesaran CD	11.84795		0.0000

APÊNDICE – D

FIGURA D1- Teste de Hausman no modelo (2), para Proporção de Indigentes.

Correlated Random Effects - Hausman Test
Equation: Untitled
Test cross-section random effects

Test Summary	Chi-Sq. Statistic	Chi-Sq. d.f.	Prob.
Cross-section random	1677.324371	2	0.0000

FIGURA D2- Testes LM do modelo (2) para Proporção de Indigentes.

Test	Statistic	d.f.	Prob.
Breusch-Pagan LM	415380.0	207690	0.0000
Pesaran scaled LM	321.2491		0.0000
Bias-corrected scaled LM	-1.250873		0.2110
Pesaran CD	1.868115		0.0617

FIGURA D3- Teste de Wald do modelo (2) para Proporção de Indigentes.

Wald Test:
Equation: Untitled

Test Statistic	Value	df	Probability
F-statistic	27.17146	(2, 643)	0.0000
Chi-square	54.34292	2	0.0000